



**ACÓRDÃO Nº263/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11277/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Canutama.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Maria Aparecida Siqueira de Almeida (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 414/2021-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Canutama. Exercício de 2017.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2017, da Câmara Municipal de Canutama, de responsabilidade da Senhora **Maria Aparecida Siqueira de Almeida**, Presidente da Câmara Municipal de Canutama e Ordenadora de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

**10.2. Aplicar Multa** à Senhora **Maria Aparecida Siqueira de Almeida**, Presidente da Câmara Municipal de Canutama e Ordenadora de Despesas, à época, no valor de **R\$ 3.000,00** (três mil reais), na forma prevista no artigo 1º, inciso XXVI e 52 da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 308, inciso VII, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, atualizada em 09.11.2018, e **fixar prazo de 30 dias** (artigo 174 do RITCE) para que a responsável recolha o valor da multa, mencionado nos itens 6.1; 6.2 e 7.2 da Fundamentação do Relatório/Voto, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório



**ACÓRDÃO Nº263/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.3. Determinar** à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

- 10.3.1.** Informar se os procedimentos de auxílio à gestão foram realizados pelo Setor de Controle Interno (admissão de pessoal; controle de licitação e contratos; verificação de limites legais e constitucionais exigidos pela Lei 101/2000 e pela Lei 4.320/1964), caso positivo, apresentar os relatórios/pareceres emitidos, contendo informações sobre os de limites legais e constitucionais exigidos;
- 10.3.2.** Descumprimento do prazo de envio de remessas ao GEFIS (E-contas) referente ao Relatório de Gestão Fiscal, em descumprimento ao prazo de 45 dias estabelecido na Resolução nº. 24/2013;
- 10.3.3.** Ausência de publicação referente ao Relatório de Gestão Fiscal, em ofensa aos artigos 48, 48-A e 55, § 1º, da LRF, conforme informado ao GEFIS (E-contas) e ao portal da transparência;
- 10.3.4.** Desatualização do Portal da Transparência em consulta realizada em 2018, em descumprimento aos artigos 48, 55, § 2º, da LC nº. 101/00, ao não disponibilizar o instrumento de transparência da gestão fiscal (Relatório de Gestão Fiscal);
- 10.3.5.** Ausência dos documentos exigidos na Resolução nº 06/2009-TCE, como anexos da Prestação de Contas Anual;
- 10.3.6.** Ausência do comprovante da disponibilização da Prestação de Contas à população em atendimento do disposto no artigo 49, da LRF;
- 10.3.7.** Justificar a divergência de Registro Contábil do Anexo 14 – Balanço Patrimonial, na conta Demais Obrigações à Curto



**ACÓRDÃO Nº263/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Prazo, em confronto com o Anexo 17 – Demonstrativo da Dívida Flutuante está registrado o mesmo valor como depósitos para serem repassados aos credores. Apresentar os comprovantes dos repasses/pagamentos aos credores conforme relação;

- 10.3.8.** Justificar o descumprimento da Resolução CFC, referente ao percentual máximo de 10% do valor do grupo de contas, para contas genéricas, uma vez que foi registrado no Balanço Financeiro (Anexo 13) na conta Recebimentos Extra orçamentário DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO, ao mesmo tempo em que requeremos que sejam apresentadas a relação e os comprovantes da quitação/baixa das referidas obrigações a curto prazo;
- 10.3.9.** Ausência dos Decretos de alteração orçamentaria nº 01; 02; 03; 04; 05; 06; 07; 08; 09; 10; 11 e 12 /2017, uma vez que não foram apresentados à comissão de inspeção;
- 10.3.10.** Ausência de nomeação de publicação em diário oficial de servidor da administração pública para atuar como FISCAL DE CONTRATO, em atendimento ao artigo 67 da Lei nº. 8.666/1993;
- 10.3.11.** Análise do Parecer Jurídico pelo ADVOGADO PARTICIPANTE do Certame Licitatório, prejudicando a finalidade da licitação de selecionar a proposta mais vantajosa, bem como desconsiderando o princípio constitucional da Igualdade e Competitividade, dando-lhe vantagem sobre os demais concorrentes, ferindo o artigo 5º da Constituição Federal c/c com artigo 3º, § 1º, inciso I da Lei nº. 8.666/1993;
- 10.3.12.** Aponta-se a existência de 1 Assessor Especial além do número de vagas, 6 (seis), previstos na Resolução Legislativa nº 01/2014, conforme consta na relação de pessoal apresentada à Comissão bem como na folha de pagamento;
- 10.3.13.** Ausência de valores fixos para as funções gratificadas da Câmara, tendo em vista que a Resolução Legislativa nº. 01/2014 em seu anexo III fixa uma faixa percentual de 10% a 50% do salário base, o que repercute critérios subjetivos quanto ao valor a ser concedido, conforme verificado na folha de pagamento;
- 10.3.14.** Ausência de relatório de viagem com descrição detalhada das atividades a serviço da Câmara, bem como dos comprovantes de deslocamento;
- 10.3.15.** Apresentar comprovantes de pagamentos, uma vez que não foram apresentados no momento da inspeção “in loco”,



**ACÓRDÃO Nº263/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

contrariando os artigos 61, 62 e 63 da Lei nº. 4320/1964;

- 10.3.16.** Apresentar a relação dos beneficiários/usuários das passagens, referente ao processo de pagamento, nota de empenho, nota fiscal de serviço, bem como, todos os documentos desde o memorando/ofício de solicitação das passagens, para que seja devidamente comprovado o interesse público na aquisição, atendendo assim o que determina os artigos 62 e 63 da Lei nº. 4.320/1964 quanto a liquidação da despesa;
- 10.3.17.** Apresentar justificativa quanto aos pagamentos da empresa Jonas Sabino da Costa–ME pela prestação de serviços contábeis sem atender o que determina os artigos 62 e 63 da Lei nº. 4320/1964, que trata da liquidação da despesa, uma vez que mensalmente o pagamento é efetuado antecipadamente à realização do fechamento dos balancetes mensais;
- 10.3.18.** Ausência de Setor de Almoxarifado e responsável pelo controle de materiais de consumo da Câmara Municipal de Canutama (artigo 94 da Lei nº. 4.320/1964);
- 10.3.19.** Ausência de Setor de Patrimônio e do responsável pelo controle de Patrimonial da Câmara Municipal de Canutama, apresentar o levantamento geral dos bens móveis e imóveis, que terá por base o inventário analítico de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética na contabilidade, uma vez que não foi entregue “in loco” para a Comissão de Inspeção, contrariando os artigos 95 e 96 da Lei nº. 4.320/1964, especificamente referente à conta Ativo não Circulante.

- 10.4. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

**11- Ata:** 8ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 30 de Março de 2021.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Pág. 5

**ACÓRDÃO Nº263/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza,  
Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira Relatora

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral